

Organização do conhecimento e mulheres na revista Knowledge Organization

Fernanda de Lima Moraes ¹

<https://orcid.org/0000-0002-2431-1036>

Luciane Paula Vital ¹

<https://orcid.org/0000-0003-2526-227X>

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Resumo: Objetiva apresentar uma visão geral de estudos publicados na revista *Knowledge Organization* que abordam a relação entre mulheres e Organização do Conhecimento. A pesquisa, de caráter bibliográfico, exploratório e descritivo, identificou e analisou seis artigos dos quais apresentam contribuições teóricas, críticas e aplicadas orientadas por perspectivas feministas, interseccionais e decoloniais, com foco na construção de Sistemas de Organização do Conhecimento mais sensíveis às diversidades epistêmicas, sociais e identitárias. Os trabalhos analisados destacam abordagens contextuais e epistemológicas que reconhecem o feminismo como um discurso teórico complexo, do qual demanda revisão de termos, relações semânticas, políticas de indexação, e atualização terminológica contínua. Recomendam a adoção de categorias graduais e prototípicas para ampliar a flexibilidade classificatória, além do uso de ontologias relacionais fundamentadas em saberes indígenas. Destaca-se como iniciativa voltada à aplicação prática da Organização do Conhecimento, o desenvolvimento da ontologia OntoVDFcM, destinada a apoiar a Ficha Nacional de Avaliação de Risco e o Boletim de Ocorrência Policial. O estudo evidencia a diversidade das abordagens sobre mulheres e Organização do Conhecimento na revista, contribuindo para o mapeamento de tendências e para o fortalecimento do debate sobre representação e justiça informacional nos Sistemas de Organização do Conhecimento.

Palavras-chave: organização do conhecimento; mulheres; sistemas de organização do conhecimento

1 Introdução

A Organização do Conhecimento (OC) é um campo central da Ciência da Informação (CI), responsável por estruturar, nomear e tornar acessível o conhecimento registrado. Nesse contexto, os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) como representantes semânticos de uma área do conhecimento, organizam termos, conceitos, as relações que se estabelecem entre eles e suas propriedades. Dentre os diversos tipos de SOC, destaca-se a tipologia clássica proposta por Hodge (2000), que os divide em três grandes categorias: listas de termos (glossários e arquivos de autoridade), classificações e categorias (esquemas de classificação, taxonomias e cabeçalhos de assunto) e listas de relações (tesauros, redes semânticas e ontologias). Essa tipologia oferece um panorama estruturado das diferentes formas da representação e relacionamentos entre conceitos, evidenciando níveis crescentes de complexidade semântica. Assim, de modo geral, os SOC constituem a materialização dos processos da OC.

Conforme apontam Lara e Cioffi (1989), a definição de critérios técnicos fundamentais para o tratamento da informação nos ambientes informacionais envolve um processo de escolha de natureza ideológica, que atravessa e orienta a formulação desses próprios critérios. Por ser uma atividade humana, é sujeita e deliberadamente uma atividade tendenciosa, permeada pelos valores, visão de mundo e crenças das pessoas e/ou instituições que a desenvolve. Para além do “mito da neutralidade” (Lara; Cioffi, 1989) imposto aos profissionais da informação, as autoras sustentam que os textos ou discursos, enquanto objetos informacionais, constituem uma produção intelectual situada na sociedade da qual emerge e à qual se dirige, evidenciando que carregam valores, perspectivas e posicionamentos próprios de seu contexto de produção. Esse fato exige o reconhecimento da dimensão ideológica presente na análise documentária, para que o indivíduo possa ser compreendido como ator social nos processos de produção, apropriação e tradução do conhecimento. Assim, se assume que os pressupostos culturais, ideológicos e históricos influenciam diretamente a forma como os sujeitos e saberes são visibilizados ou silenciados. (Bowker; Star, 2000; Olson, 2002). A atividade documentária inserida nesse contexto, possui a função de “[...] organizar para transferir, transferir para viabilizar a apropriação da

informação.” (Lara, 2001). A autora observa que compreender o modo como ocorre o processo interpretativo e reconhecer as condições básicas para sua efetividade nos contextos informacionais é essencial para superar a simples acumulação e promover a difusão de informação.

No âmbito da Ciência da Informação brasileira, há tempos vem sendo construída uma crítica sobre a Organização do Conhecimento e seus sistemas. Destacam-se os trabalhos de Cunha (1987a); Silva e Lara (2004) e Rizzi (2007) que apresentam análises e proposições críticas em relação aos sistemas de classificação bibliográficas que se propõem universais, como a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU), por exemplo. Nesses estudos são denunciados apagamentos como o da documentação africanista na CDD, CDU e Library of Congress (LC) por Cunha (1987b), de termos relacionadas às comunidades gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, na CDD e LC, por Silva e Lara (2004), e da Cultura de Paz na CDD por Rizzi (2007), em que o autor discute os conceitos de paz e guerra e suas conexões, evidenciando a necessidade de adotar uma definição positiva de paz, baseada em seus próprios atributos, a fim de fortalecer sua representação em sistemas conceituais.

Essas abordagens evidenciam como os instrumentos de representação foram historicamente construídos a partir de lógicas androcêntricas e eurocentradas, que marginalizam saberes, experiências e identidades não hegemônicas. No âmbito deste trabalho¹, o foco recai sobre a discussão e a representação das temáticas femininas e feministas na área da OC e a forma como seus conhecimentos, corpos e narrativas foram sistematicamente invisibilizados ou distorcidos por estruturas classificatórias patriarcais e binárias. Essa discussão se insere em um contexto mais amplo de lutas por justiça cognitiva e reconhecimento epistêmico (Visvanathan, 1997; Santos, 2007; Fricker, 2007; Moura, 2018) que demandam a revisão crítica dos instrumentos documentários construídos e adotados pelas instituições que abrigam os sistemas de informação.

A noção de justiça cognitiva foi formulada por Visvanathan (1997), que apesar de não usar o termo em sua obra *A Carnival for Science*, se valeu desse conceito como argumento central no desenvolvimento da crítica à hegemonia epistêmica da ciência moderna, cuja estrutura fundamental se mostra intolerante

à legitimidade de outros sistemas de saber, como os conhecimentos populares e étnicos. Conforme o autor, essa postura estabelece uma monocultura do conhecimento, na qual outras cosmologias são invalidadas ou tratadas como desordem, em vez de serem reconhecidas como paradigmas cognitivos válidos. Boaventura de Sousa Santos (2006) aprofunda essa percepção e afirma que “[...] a justiça social global não é possível sem uma justiça cognitiva global” (Santos, 2006, p. 134). Nesse contexto, a justiça cognitiva se insere como forma de reparação discursiva que reconhece e integra termos, categorias e saberes historicamente excluídos nos sistemas de comunicação e organização do conhecimento, sendo “[...] realizada pela via da reparação taxonômica e da composição de dispositivos que se querem transversais e interseccionais” (Moura, 2018, p. 7-8). A autora considera que a reparação taxonômica possibilita o reconhecimento semântico de determinados termos que evidenciam sujeitos, formas de opressão e realidades sociais, partindo do pressuposto de que, ao incorporar outros contextos e fontes na validação dos termos que compõem as linguagens de indexação, torna-se viável trazer à visibilidade diversas temáticas e agendas sociais historicamente marginalizadas, considerando-se contextos e diferentes concepções de sistemas de informação.

Quanto a interseccionalidade, entende-se como a sobreposição de discriminação e opressão, “[...] a interseção de racismo e sexismo influencia a vida das mulheres negras de maneiras que não podem ser capturadas totalmente ao analisar as dimensões de raça ou gênero dessas experiências separadamente”. (Crenshaw, 1991, p. 1244, tradução nossa). Essa perspectiva fundamenta-se na compreensão de que identidades múltiplas convergem para produzir formas de discriminação únicas, que exigem abordagens teóricas e práticas que reconheçam essa sobreposição como uma experiência singular e mais do que a soma de partes. No campo da OC, essa compreensão reforça a importância de se conduzir práticas classificatórias, por exemplo, que considerem interseccionalidades, capazes de representar, de forma mais justa e precisa, saberes e temas relacionados, por exemplo, às mulheres negras, indo além de modelos genéricos ou normativos que marginalizam suas experiências.

Os SOC necessitam de atualização contínua, considerando as questões que emergem no contexto social, os avanços do conhecimento, as transformações no perfil dos usuários e as dificuldades identificadas na utilização dos sistemas de informação. Conforme reforçam Vital, Pinho, e Slomp (2025), promover revisões constantes nos SOC ajudam a manter a precisão e relevância na representação de questões de gênero. Diante do exposto, o problema de pesquisa deste trabalho consiste na necessidade de compreender como a literatura acadêmica no âmbito internacional tem abordado a relação entre mulheres e OC. A justificativa é contemplada na demanda de alternativas teóricas e metodológicas para a construção de sistemas mais justos, inclusivos e representativos.

O objetivo deste artigo é apresentar uma visão geral de estudos publicados na revista *Knowledge Organization* que abordam a conexão entre mulheres e OC. A escolha dessa revista como fonte para a pesquisa bibliográfica se deve à sua relevância internacional na área e ao fato de ser publicada pela *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), referência central no campo.

2 Organização do conhecimento

O cenário acadêmico brasileiro carece de consenso quanto à área do conhecimento que a OC ocupa. Observa-se que a comunidade científica nacional e internacional ora a aborda como subárea da CI, ora como campo de estudo independente que dialoga com ela (Sales, 2017), esta indefinição demonstra a sua complexidade epistemológica. Ao longo do tempo, diversos teóricos ofereceram contribuições fundamentais que moldaram o campo em suas dimensões técnicas, evoluindo para discussões sobre a ética da representação e o papel social dos instrumentos documentários.

Entre os pioneiros da OC, Charles Cutter destacou-se por desenvolver a *Expansive Classification* (Cutter, 1882) e formular princípios para a construção de catálogos bibliográficos, com ênfase na ordenação lógica e no acesso por assunto. Essa preocupação com a estruturação temática encontra continuidade na proposta de Julius Kaiser (1911), que introduziu um modelo baseado na análise e combinação de termos para a representação de assuntos em catálogos e

bibliografias. A proposta de Kaiser insere a classificação em um continuum que abrange desde a enumeração simples até a organização de sistemas mais complexos, tendo a indexação sistemática como base para a análise e a síntese de assuntos especializados (Sales; Guimarães, 2016).

As contribuições de Cutter (1882) e Kaiser (1911) revelam um movimento inicial em direção à sistematização do acesso por assunto e à análise temática, estabelecendo bases para a consolidação de um campo mais amplo dedicado à estruturação do conhecimento. Esse processo alcança maior formalização com a institucionalização do termo “Organização do Conhecimento”, atribuída a Henry Bliss em sua obra *The Organization of Knowledge and the System of the Sciences* (1929). Bliss concebeu a organização como um processo que articula dimensões estruturais, funcionais e desenvolvimentais articuladas para representar, relacionar e tornar acessíveis os conteúdos de forma eficaz (Bliss, 1929). Essa perspectiva foi ampliada em 1933, por Shiyali Ranganathan cuja Teoria da Análise Facetada e a Classificação de Dois Pontos, introduziram uma abordagem inovadora para a representação multidimensional do conhecimento, permitindo a descrição de um mesmo objeto do conhecimento sob múltiplas facetas, antecipando a complexidade das redes semânticas contemporâneas (Ranganathan, 1933). Somam-se a essa base as contribuições do filósofo Charles Peirce (1931-1958), no campo da semiótica, que foram incorporadas à fundamentação teórica dos estudos em OC por fornecer o suporte teórico para compreensão dos processos de significação, representação e inferência lógica que influenciam abordagens contemporâneas da área. Em consonância com essa perspectiva, Tálamo e Lara (2006), no âmbito da Linguística Documentária, concebem a informação documentária como produto de hipóteses de organização e de arranjos simbólicos, em que os signos documentários adquirem sentido de forma relacional e contextual, no interior de linguagens documentárias estruturadas.

Uma classificação evolucionária foi proposta por Ernest Richardson (1901), baseada em três leis – da semelhança, histórica e da evolução – defendendo que a ordem das ciências deveria refletir a ordem das coisas. Essa preocupação com princípios estruturantes para a OC encontra aprofundamento na obra de Ingetraut Dahlberg (1978) que define o conceito como unidade

fundamental da OC, passível de estruturação lógica, hierárquica e relacional (Dahlberg, 1978). Ao deslocar o foco da ordenação das ciências para a arquitetura conceitual, Dahlberg estabelece bases teóricas para a construção de sistemas classificatórios mais rigorosos. Nesse horizonte Dagobert Soergel (1985) destacou-se pela proposição de métodos formais para a construção de sistemas de classificação e representação conceitual, influenciando diretamente a arquitetura dos sistemas de recuperação da informação. Entretanto, Dahlberg (1993) observou que embora os sistemas de classificação clássicos e os tesouros estivessem sendo amplamente utilizados por bibliotecários e profissionais da CI, os especialistas em inteligência artificial, hipermídia e educação frequentemente redescobriam esses instrumentos para adaptá-los aos seus contextos. Sem, no entanto, tomar como ponto de partida os conhecimentos já estabelecidos na OC, tendência descrita por Dahlberg como uma espécie de reinvenção da roda no campo da OC, uma vez que, nas palavras da autora, “[...] qualquer organização do conhecimento deve ser baseada em unidades de conhecimento – que nada mais são do que conceitos” (Dahlberg, 1993, p. 211, tradução nossa). Dessa forma, utilizou-se da ISKO – fundada por ela em 1989 – para solicitar apoio da comunidade científica no intuito de fortalecer o campo com publicações sobre o embasamento teórico da OC. Em 2006, consolidou sua proposta de OC como área científica autônoma, ao defini-la como “[...] a ciência que estrutura e organiza sistematicamente unidades do conhecimento (conceitos) segundo seus elementos de conhecimento (características) inerentes e a aplicação desses conceitos e classes de conceitos ordenados a objetos/assuntos.” (Dahlberg, 2006, p. 12, tradução nossa). Além disso, foi responsável pela fundação do periódico *Knowledge Organization* – publicação da ISKO – fortalecendo o campo como um espaço de reflexão teórica e metodológica.

No contexto brasileiro, Rosali Souza (2007) percebe a OC como área central de ensino e pesquisa em CI e Biblioteconomia, e observa que “Os processos de produção, tratamento e disseminação de informação passaram por mudanças significativas na trajetória da comunicação do conhecimento” (Souza, 2007, p. 103). Essas mudanças foram impulsionadas pela expansão da internet, que impôs um “[...] repensar de instrumentos e métodos de intermediação

necessários para a produção, organização e disseminação de informação” (Souza, 2007, p. 120). Nesse sentido, conforme a autora, a criação e manutenção de um SOC se baseia na “[...] natureza da Informação (o que) Recuperação de Informação (para que), Tratamento e Processamento da Informação (como), O Papel Social da Informação (contexto de uso)” (Souza, 2007, p. 117). Esta última dimensão conecta-se às abordagens de Andersen (2002) e Hjørland (2008). Andersen (2002) destaca a importância de abordagens históricas, culturais e sociais do conhecimento às questões tradicionais de investigação nesta área de conhecimento. Corroborando, a abordagem orientada por domínios proposta por Hjørland (2008) apresenta uma compreensão mais rica da OC, ao destacar que a estruturação do saber é moldada por critérios sociais, culturais e pragmáticos de cada comunidade de discurso, em vez de normas puramente lógicas e formais. Essa compreensão dialoga diretamente com os aportes da Linguística Documentária, conforme formulada por Tálamo e Lara (2006) no âmbito da CI, com ênfase no estudo das estruturas simbólicas envolvidas na organização, representação e circulação da informação. Nessa perspectiva, os processos documentários se estruturam por meio de linguagens documentárias, entendidas como códigos construídos cuja função consiste em transformar conteúdos registrados em informação documentária organizada, apta à recuperação e ao uso em contextos institucionais (Tálamo; Lara, 2006).

Em um conceito mais amplo, os SOC emergem como instrumentos concretos da base teórica de OC, adaptando-se às características epistemológicas específicas de cada domínio, e sobretudo fundamentados em conceitos. Como já citado, Hodge (2000) estabeleceu uma tipologia que organiza os SOC desde listas de termos simples até ontologias com relacionamentos semânticos complexos. Nessa direção, Carlan e Medeiros (2012) assumem a definição de SOC como “[...] sistemas conceituais semanticamente estruturados que contemplam termos, definições, relacionamentos e propriedades dos conceitos” (Carlan; Medeiros, 2012, p. 54), e citam como exemplos os tesouros, taxonomias, ontologias e sistemas classificatórios. A integração entre eles é discutida por Carlan (2019), que destaca a importância da padronização semântica e da convergência multidisciplinar para garantir interoperabilidade semântica nos sistemas de

informação (Carlan, 2019). Contudo, a linguagem documentária, embora recorra à padronização para delimitar a terminologia empregada e buscar a estabilização dos significados tratados nos documentos, de modo a viabilizar a representação, demanda atenção aos fundamentos da enunciação, do discurso e da significação, inerentes a qualquer forma de linguagem (Martines; Lima; Almeida, 2021). Nessa perspectiva, a consideração desses aspectos contribui para evidenciar as particularidades do conhecimento humano, ampliando a expressividade e a sensibilidade dos processos representacionais.

Nesse sentido, torna-se necessário explorar também as perspectivas críticas que questionam desigualdades estruturais reproduzidas nos SOC, conforme apresentado a seguir.

3 Perspectivas críticas e desigualdades de gênero nos Sistemas de Organização do Conhecimento

A OC é uma área em constante transformação que, ao longo do tempo, vem incorporando perspectivas críticas, interseccionais e feministas (Olson, 2001; Martínez-Ávila; Fox, 2025; Romeiro, 2019, 2024). Ao estabelecer uma contextualização histórica, Natália Romeiro identifica que “[...] os estudos de gênero emergiram como resultado da luta das mulheres ao organizarem coletivamente suas reivindicações por meio do movimento feminista.” (Romeiro, 2024, p. 121). A autora comenta as três ondas do feminismo e destaca que a passagem de uma onda para outra não significa que as pautas da anterior sejam deixadas para trás, pois os acontecimentos de uma era continuam a ressoar em tempos posteriores, assumindo novos sentidos e relevância. Essa ideia reforça como os feminismos se ajustam aos discursos vigentes ao mesmo tempo em que moldam e originam novos discursos. Assim, cada onda feminista se apoia nas conquistas da anterior, ao mesmo tempo em que amplia e redefine continuamente a luta contra a opressão de gênero. A interseccionalidade é definida por Daniel Martínez-Ávila e Melodie Fox como um “[...] sistema multidimensional de opressão interconectada” (Martínez-Ávila; Fox, 2025, p. 1, tradução nossa). De acordo com os autores, essa interseção abrange diversas formas de opressão,

dentre elas, raça, gênero, classe social, orientação sexual, idade, deficiência, e condição de cidadania.

Como afirmado, os sistemas de classificação refletem valores culturais específicos e, por isso, podem reproduzir, e majoritariamente reproduzem, desigualdades estruturais presentes nas sociedades. Por exemplo, sistemas amplamente utilizados em bibliotecas e centros de informação, como a CDD (Dewey, 1876) e a CDU (Otlet, 1934), sustentam visões de mundo que reforçam desigualdades de gênero. Hope Alene Olson (2001) examina de forma detalhada as limitações da CDD, denunciando como sua suposta neutralidade e universalidade ocultam hierarquias sociais e culturais, reproduzindo exclusões de gênero e outras desigualdades. A autora propõe uma reorganização que leve em conta especificidades sociais e culturais, visando à construção de sistemas mais inclusivos e sensíveis à diversidade humana. Em seu livro *The power to name*, Olson (2002) questiona a ideia da “mulher universal” comumente sustentada por linguagens documentárias e propõe terminologias coerentes que possam representar as mulheres como um grupo plural. De forma convergente, Maria da Graça Simões, Blanca Rodríguez Bravo e Olívia Pestana (2018) analisam a aplicação da CDD e da CDU em bibliotecas brasileiras, demonstrando que esses sistemas oferecem uma representação reduzida do conceito “mulher”, tanto na exaustividade quanto na especificidade, reforçando perspectivas androcêntricas e excludentes. Conforme as autoras, “Os dois sistemas refletem a noção de mulher num plano depreciativo e inferior à masculina, traduzindo o estereótipo tradicional” (Simões; Bravo; Pestana, 2018, p. 153).

Essas constatações reforçam a importância do rigor conceitual na OC, visto que “[...] é fundamental definir corretamente os conceitos, pois os termos evoluem com o conhecimento e com a linguagem.” (Dahlberg, 1978, p. 106). Corroborando, Hope Olson destaca que os conceitos “[...] definem os limites do sistema, suas inclusões e exclusões. A seleção de termos para esses conceitos, frequentemente, introduz biases ruidosas ou, mais comumente, sutil marginalização desleal.” (Olson, 2002, p. 6, tradução nossa). A presença de termos imprecisos ou carregados de estereótipos não apenas espelham desigualdades sociais, mas também as perpetuam. Portanto, repensar criticamente

as estruturas classificatórias torna-se um compromisso ético para promover representações mais justas, inclusivas e sensíveis à diversidade humana.

A partir dessa consciência sobre os vieses presentes nos SOC, temos uma base de autoras feministas que apresentam pressupostos importantes nessa discussão. Simone de Beauvoir (2009) estabelece uma das bases do pensamento feminista ao denunciar a construção social da identidade feminina. Angela Davis (2016) amplia essa crítica ao introduzir uma abordagem interseccional que considera simultaneamente os marcadores de gênero, raça e classe, denunciando o apagamento sistemático das experiências das mulheres negras tanto nas estruturas de poder quanto nos discursos informacionais. Em 1994, bell hooks (2013) aprofunda essa reflexão ao propor a educação como prática da liberdade, articulando pedagogia crítica, equidade de gênero e democratização dos saberes.

No Brasil, destaca-se o *Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres* (Bruschini; Ardaillon; Unbehaum, 1998), que como representante do seu tempo, não abarca algumas discussões sobre violência contra as mulheres e seus desdobramentos atuais, que só foram nomeadas décadas depois. Ainda que desatualizado em relação a conceitos como feminicídio e cyberbullying, por exemplo, o que evidencia a necessidade constante de atualização desses instrumentos, é um marco importante na discussão da organização e representação da temática no Brasil.

No contexto da OC, o debate no Brasil se intensifica especialmente a partir de 2010. Estudos como os de Milani (2010), Moraes (2014), Sousa e Tolentino (2017), Romeiro (2019), Xavier e Sabbag (2019), Trivelato (2022), Silva (2023), Viola (2023), Xavier (2023) e Belam (2022) abordam desde a invisibilização de temáticas feministas até propostas de reestruturação terminológica e ontológica dos sistemas informacionais. Ao analisar termos usados para representar tópicos relacionados às mulheres, empregados por linguagens documentais brasileiras, Suellen Milani constatou *biases* - termo em inglês que abrange desvio, inclinação, tendência e viés – a exemplo, na Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional, a autora observou que os assuntos femininos têm sido tratados como exceções, enquanto o masculino é considerado genérico. A autora explica que “Em síntese, há três níveis de *biases* na representação do

conhecimento: bias na indexação (processo); bias nas linguagens documentais (instrumentos); e bias nos índices, resumos e notações de classificação (produtos)” (Milani, 2010, p. 58). Por fim, a autora sugere que:

Assim, já que a exclusão de todas as *biases* ou a inclusão de todos os usuários não é possível a partir da representação do conhecimento pela indexação (estabelecimento de conceitos que representem o conteúdo documental) e pela classificação (estabelecimento de notações de classificação que representem o recurso informacional), as quais utilizam linguagens documentais (ou seja, vocabulários controlados), devem-se utilizar os mecanismos que a Documentação fundamentou, e muito comumente outras áreas utilizam como sendo algo novo, criando, assim, o maior número de pontes informacionais entre um coletivo de informações (produção do conhecimento) e um coletivo de usuários (uso do conhecimento registrado e socializado) interagindo em contextos multiculturais, mas ao mesmo tempo sob os pilares construídos e em vias de construção pelos Direitos Humanos. (Milani, 2010, p. 118-119).

Na sequência, em sua tese de doutorado, Suellen Milani (2014) sistematizou uma definição polissêmica do termo “*bias*” em português, incluindo o sentido positivo e negativo. Conforme a autora, no contexto negativo, um substituto documental ou instrumento de representação de assunto contendo *bias* pode transmitir inclinação ou tendenciosidade, geralmente expressando crenças ou princípios daqueles que os criaram, sendo que, em cenários opressivos, pode veicular preconceitos ou desvios, enquanto no contexto positivo, tais instrumentos podem exibir direcionamentos ou vieses que buscam assegurar especificidade às comunidades usuárias, promovendo uma representação mais adequada dos assuntos. Sobretudo, a autora enfatiza a inevitabilidade das “*biases*” e sugere que “[...] para abrigarmos as diferenças, devemos explorar os limites dos nossos instrumentos e justificar as nossas decisões relacionadas tanto ao controle de vocabulário quanto à leitura documental e análise de assunto” (Milani, 2014, p. 122).

Ao encontro, Belam *et al.* (2022, p. 19) analisam o silenciamento do crime de feminicídio nos processos de documentação, evidenciando a urgência de tornar visíveis essas violências por meio da representação informacional: “É na esteira desta complexa rede de poderes violentos que o nomear, indexar, representar, o crime – e todos os outros crimes que andam simbioticamente associados – se faz

urgentemente necessário”. Além das críticas feministas e interseccionais, é importante reconhecer que os próprios conceitos fundamentais da OC evoluem historicamente e assumem definições variadas nos instrumentos normativos da área. Barité, Parentelli e Rauch (2024) analisam a forma como o termo *Knowledge Organization System* (KOS) aparece em glossários, dicionários e tesouros especializados, evidenciando significados em transformação que refletem mudanças teóricas e práticas no campo. Os autores demonstram que os SOC não são neutros: são socialmente construídos, atravessados por disputas conceituais e cumprem funções normativas ao padronizar termos e sentidos. A padronização terminológica, é uma atividade complementar que, como etapa posterior, não deveria interferir na construção e atualização dos sistemas, mas facilitar o intercâmbio e a recuperação da informação. Essa constatação reforça a necessidade de atenção crítica e atualização constante desses sistemas para garantir representações mais justas e inclusivas de termos e conceitos relacionados a gênero e mulheres, evitando lacunas, silenciamentos ou distorções na construção do conhecimento.

Em sua tese de doutorado intitulada *Informações legislativas e os direitos em construção das mulheres brasileiras: proposta de categorização rumo à Agenda 2030*, Carla Maria Martellote Viola (2023) analisa como o Poder Legislativo brasileiro – por meio das proposições em tramitação na Câmara dos Deputados – contribui para a promoção da sustentabilidade das mulheres no Brasil. A pesquisa abrange os fundamentos teóricos, metodológicos e práticos dos estudos sobre informações legislativas, enfocando como os direitos das mulheres são representados e organizados nesses projetos. Ao concluir o estudo, a autora confirma sua hipótese inicial de que:

As Políticas de Informação da Câmara dos Deputados não organizam o conhecimento sobre as informações legislativas, que abordam os direitos em construção das mulheres brasileiras, com fundamento em teorias, metodologias e práticas que englobam perspectivas globais, nacionais e locais, e com fundamento em documentos que apresentam apreciações críticas e pluralistas das verdadeiras necessidades contemporâneas das mulheres, descritas na Agenda 2030. (Viola, 2023, p. 171).

O compromisso assumido com a Agenda 2030 pelos 193 países da Organização das Nações Unidas (ONU), especificamente no que tange ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável Cinco (ODS 5) – “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (Nações Unidas Brasil, 2015, p. 5), ressalta a relevância dessa temática a nível global. Estudos críticos em OC e seus instrumentos estão sendo discutidos e publicados paulatinamente no Brasil, e conforme a sociedade apresenta demandas sociais, os estudos refletem essas necessidades, com avanços, mas no campo de estudos feministas, ainda há um campo vasto de exploração para o desenvolvimento teórico e metodológico.

4 Metodologia

Conforme Gil (1999) e Vergara (2000), a pesquisa pode ser caracterizada quanto aos fins e aos meios. Quanto aos meios, caracteriza-se como bibliográfica por utilizar-se de materiais publicados, que consistem em artigos científicos. Quanto aos fins, é uma pesquisa exploratória, pois vai em busca dos termos que representam a temática.

Quanto ao procedimento de coleta de dados, a pesquisa bibliográfica foi realizada no periódico *Knowledge Organization*, publicada pela ISKO. A escolha justifica-se pela relevância do periódico, consolidado como principal publicação especializada na área, com circulação internacional e reconhecimento acadêmico. A revista é uma fonte estratégica para compreender a produção acadêmica internacional sobre as interseções entre mulheres e a Organização do Conhecimento.

Foram pesquisados os trabalhos publicados desde o primeiro número disponível no site da revista, do ano de 1974, até o ano de 2025, utilizando o filtro “Artigos”, com os seguintes termos de busca: “*gender*” (gênero), “*women*” (mulheres); “*woman*” (mulher), e “*feminism*” (feminismo). Para reduzir vieses de recuperação e garantir a exaustividade da coleta, além da busca por palavras-chave, realizou-se uma varredura manual de cada volume da revista, onde foram lidos os títulos e, quando necessário, os resumos dos artigos, visando identificar

estudos relacionados ao tema. Entretanto, esse tipo de busca não apresentou resultados diferentes daqueles obtidos na busca por palavras-chave. Do total de sete trabalhos recuperados, após a eliminação de um duplicado, foram analisados seis artigos que apresentavam estudos que relacionavam mulher(es) e o campo da OC, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Pesquisa bibliográfica *Knowledge Organization*

Expressões de busca	Resultados
gender (gênero)	3
women (mulheres)	3
woman (mulher)	0
feminism (feminismo)	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Os seis trabalhos analisados estão listados no Quadro 1, com uma breve síntese, para contextualizá-los.

Quadro 1 - Trabalhos analisados

SAMUELSSON, Jenny. Knowledge organization for feminism and feminist research: A discourse oriented study of systematic outlines, logical structure, semantics and the process of indexing. Knowledge Organization, Würzburg, v. 37, n. 1, p. 3–28, 2010. Analisa como sistemas de classificação bibliográfica suecos representam (e falham ao representar) pesquisas feministas. A autora sustenta que tais sistemas marginalizam o feminismo e propõe que a organização do conhecimento deve considerar discursos e contextos sociais. Defende a criação de sistemas e práticas de organização do conhecimento mais sensíveis à epistemologia feminista.
FOX, Melodie. Prototype Theory: An Alternative Concept Theory for Categorizing Sex and Gender? Knowledge Organization, Würzburg, v. 38, n. 4, 328–334, 2011. Propõe a adoção complementar de categorias graduais e prototípicas para representação mais flexível, baseada na Teoria dos Protótipos de Rosch, como alternativa à categorização rígida de sexo e gênero imposta pela teoria clássica. Com fronteiras flexíveis e foco em semelhanças recorrentes, essa abordagem permite maior inclusão de identidades trans, queer e não binárias. Embora teoricamente promissora, enfrenta desafios práticos em sistemas de classificação formais devido às categorias fixas e fronteiras rígidas que os moldam.

MCTAVISH, Jill. NEAL, Diane. WATHEN, Nadine. Is What You See What You Get? Medical Subject Headings and their Organizing Work in the Violence Against Women Research Literature. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 38, n.5, p. 381–397, 2011.

Analisa como o sistema de indexação MeSH organiza a literatura sobre violência contra as mulheres, destacando que ele favorece termos neutros de gênero, o que pode ocultar aspectos importantes dessa violência. Usando a teoria de Bowker e Star, os autores examinam as implicações éticas e políticas dessas escolhas classificatórias. Concluem que é necessário repensar os SOC para melhor representar as especificidades da violência de gênero e facilitar o acesso a informações relevantes.

BULL, Ia Kholan., MARSH, Diana. WAGNER, Travis. Identities Classified: Indigenous Knowledge Management Systems and Gender in the “Age of Information”. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 51, n. 4, p. 262–276, 2024.

Discute como os SOC tradicionais falham em representar adequadamente as identidades indígenas e queer. Por meio de dois estudos de caso, propõe a inclusão de ontologias indígenas e práticas de descrição mais colaborativas em arquivos como o Social Networks and Archival Context (SNAC). Defende modelos baseados na relacionalidade, que valorizam saberes comunitários e desconstruem lógicas coloniais e binárias.

ALVORCEM, Rochelle Martins; LIMA, Gercina Ângela de; FREITAS, Maria Cristina Vieira de. Knowledge Organization Systems Classifying Crimes of Violence Against Women, Homicide of Women and Femicide: A Proposal. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 51, n. 8, p. 667–685, 2024.

Propõe a criação da OntoVDFcM, uma ontologia que padroniza a classificação de crimes de violência contra mulheres, como homicídios e feminicídios, no Brasil. Utiliza SOC para melhorar o preenchimento de registros policiais e formulários de avaliação de risco. O objetivo é reduzir erros, qualificar estatísticas e subsidiar políticas públicas mais eficazes de prevenção e proteção às mulheres.

VITAL, Luciane Paula; PINHO, Fabio Assis. Analysis of Two Thesauri Specializing in Women’s and Gender Studies. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 51, n. 6, 425–435, 2024.

Analisa dois tesauros especializados em gênero — um brasileiro, de 1998 e outro mexicano, de 2006 — com o objetivo de verificar seu alinhamento com as discussões contemporâneas sobre mulheres e gênero. Para isso, compara os termos desses tesauros com 24 palavras-chave extraídas de artigos publicados em 2022 na Revista de Estudos Feministas (REF). Os resultados evidenciam que ambos os tesauros estão desatualizados, apresentando lacunas ou termos genéricos que dificultam a representação adequada do conhecimento e contribuem para a reprodução de desigualdades. Diante disso, os autores defendem a necessidade de revisões constantes e do uso de SOC éticos, a fim de promover representações mais inclusivas e sensíveis às transformações sociais.

Fonte: Dados da pesquisa.

O primeiro critério de seleção, como mencionado, foi o fato da pesquisa tratar da temática ‘mulher(es)’. Após a identificação dos seis artigos com esse foco, as categorias de interpretação foram: (a) domínio temático; (b) SOC analisados/discutidos, de acordo com Hodge (2000); (c) problema analítico

central; (d) base(s) conceitual(is); (e) contribuições que o estudo oferece para a temática. As categorias serão detalhadas no Quadro 2.

5 Análise dos resultados

Visando facilitar a compreensão e a visualização dos critérios adotados na análise, as categorias utilizadas para orientar o estudo são sintetizadas no quadro a seguir (Quadro 2)

Quadro 2 - Categorias analisadas

Autor/ ano	Domínio temático	SOC	Base(s) conceitual(is)	Problema analítico central	Contribuições
Samuelsson (2010)	Produção acadêmica feminista no contexto bibliográfico sueco	Classificações e categorias	Teoria do discurso; epistemologia feminista	Marginalização da pesquisa feminista via reducionismo, conflito epistemológico e inadequação estrutural	Perspectiva contextual e epistemológica, que reconheça o feminismo como um discurso teórico complexo
Fox (2011)	Categorização de identidades femininas	Classificações e categorias	Teoria dos protótipos de Rosch	Rigidez categorial em modelos clássicos de classificação	Adoção complementar de categorias graduais e prototípicas
McTavish, Neal, e Wathen (2011)	Violência contra mulheres	Listas de relações	Teoria crítica da classificação (Bowker e Star)	Neutralização terminológica da violência contra mulheres em vocabulários controlados	Revisão crítica de termos, relações semânticas e políticas de indexação
Bull, Marsh e Wagner (2024)	Mulheres indígenas e saberes comunitários	Listas de relações	Modelo de relacionalidade de Littletree; perspectivas decoloniais; epistemologias indígenas;	sub-representação e aniquilação simbólica de identidades interseccionais (indígenas e queer)	Uso de ontologias indígenas relacionais

Autor/ ano	Domínio temático	SOC	Base(s) conceitual(is)	Problema analítico central	Contribuições
Alvorcem, Lima e Freitas (2024)	Tipificação de crimes de violência contra a mulher	Listas de relações	Metodologia para enriquecimento de Ontologia de Domínio, por Araújo (2021)	Inconsistências na classificação de homicídios e feminicídios em registros policiais	OntoVDFcM - ontologia para uso em Ficha Nacional de Avaliação de Risco (FNAR) e Boletim de Ocorrência Policial (BO)
Vital e Pinho (2024)	Representação temática sobre mulheres em tesauros especializados	Listas de relações	Análise terminológica; abordagem descritiva; estudos feministas	Defasagem conceitual e falta de consenso terminológico	Atualização contínua de termos e relações semânticas nos tesauros com base na produção acadêmica feminista

Fonte: Dados da pesquisa.

Os estudos acerca da OC e mulheres no periódico *Knowlegde Organization* iniciaram no 37º volume da revista, no ano de 2010, sendo Jenny Samuelsson (2010) uma das primeiras autoras a questionar de forma sistemática a maneira como os sistemas bibliográficos tratam a produção acadêmica feminista. A partir de uma análise dos sistemas de classificação suecos, a autora aponta que esses instrumentos frequentemente marginalizam pesquisas com enfoque feminista, refletindo hierarquias epistêmicas e desconsiderando os contextos sociais de produção do conhecimento. Como alternativa, defende a criação de sistemas específicos que incorporem os discursos e valores da epistemologia feminista, ampliando o potencial transformador da OC.

No âmbito da representação de identidades femininas, Fox (2011) propõe uma abordagem alternativa à categorização de gênero, com base na Teoria dos protótipos de Rosch, que permite uma organização baseada em semelhanças graduais e estruturas flexíveis, solicitando apenas algumas das qualidades comuns para pertencer a determinada categoria. Essa concepção favorece a inclusão de identidades trans, queer e não binárias. Apesar dos desafios de implementação em

sistemas formais, devido às categorias fixas e fronteiras rígidas que burocratizam a conciliação de categorias mutáveis, a proposta representa um importante avanço teórico para repensar a OC à luz da diversidade de gênero.

Ainda em 2011, McTavish, Neal e Wathen (2011) analisam a organização da literatura sobre violência contra mulheres no sistema de indexação MeSH, amplamente utilizado na área da saúde. As autoras demonstram como a adoção de termos neutros de gênero nos vocabulários controlados pode obscurecer aspectos centrais da violência de gênero, prejudicando a visibilidade do problema. A partir da teoria de Bowker e Star (2000), o estudo evidencia as implicações políticas e éticas das decisões classificatórias, e propõe a revisão crítica dos SOC como ferramentas que não são neutras, mas profundamente imbricadas em valores sociais.

No período de 2012 a 2023 não foram identificadas publicações acerca da temática na revista. Após uma década, em 2024, verifica-se uma intensificação e ampliação das abordagens voltadas à inclusão de gênero, interseccionalidade e diversidade epistêmica nos SOC. Nesse contexto, o estudo de Bull, Marsh e Wagner (2024) expande significativamente o escopo das críticas ao demonstrar como os SOC tradicionais também negligenciam a representação de identidades indígenas e queer. A partir de dois estudos de caso, os autores propõem alternativas baseadas na relacionalidade e no saber comunitário, por meio do uso de ontologias indígenas e de práticas arquivísticas colaborativas. Essa proposta questiona de forma incisiva as lógicas coloniais e binárias que estruturam os sistemas documentais hegemônicos. Ao adotar práticas descritivas culturalmente situadas, o artigo constitui uma contribuição decolonial relevante para o campo da OC, sugerindo modelos classificatórios relacionais que além de representar a diversidade, valorizam regimes de conhecimento historicamente silenciados ou marginalizados.

Outra grande contribuição foi a proposta apresentada por Alvorcem, Lima e Freitas (2024), com foco na prevenção da violência contra mulheres. As autoras desenvolveram a OntoVDFcM – uma ontologia voltada à padronização da classificação de crimes como homicídios e feminicídios no Brasil. A proposta busca qualificar a produção de estatísticas, reduzir erros em registros policiais e

subsidiar políticas públicas mais eficazes. Essa iniciativa evidencia o potencial transformador da OC quando aliada a instrumentos computacionais e a um compromisso ético com a proteção de grupos vulnerabilizados.

Vital e Pinho (2024) apresentam uma avaliação crítica fundamentada sobre a desatualização dos tesouros de gênero analisados, evidenciando como a ausência de atualização compromete a representação do conhecimento. Ao relacionar os vocabulários controlados com palavras-chave recentes da produção acadêmica feminista, o estudo indica, além de uma defasagem nos sistemas, a negligência quanto aos temas atuais, indispensáveis para a compreensão das dinâmicas sociais. Isso demonstra a necessidade de revisão constante desses instrumentos para que acompanhem as transformações sociais. Os autores também chamam a atenção para a falta de consenso dos termos na literatura, uma vez que foram atribuídos com base na linguagem natural.

De modo geral, os estudos analisados apontam caminhos teóricos, críticos e aplicados para a construção de SOC mais sensíveis às diversidades epistêmicas, sociais e identitárias, por meio da incorporação de epistemologias feministas, interseccionais e decoloniais; da adoção de modelos classificatórios mais flexíveis, relacionais e culturalmente situados; da revisão crítica de vocabulários controlados em domínios sensíveis como violência contra mulheres; do desenvolvimento de ontologias computacionais para padronização de registros institucionais; e da atualização contínua de SOC orientadas por criteriosa análise terminológica e participação social. Essa trajetória evidencia o fortalecimento da OC como um campo capaz de articular fundamentação conceitual, crítica sociopolítica e operacionalização técnica, contribuindo para representações mais equitativas, inclusivas e comprometidas com a justiça informacional e com a visibilidade das mulheres nos SOC.

6 Considerações finais

O objetivo deste artigo foi alcançado ao apresentar uma visão geral de estudos publicados na revista *Knowledge Organization* que abordam a relação entre mulheres e a OC, por meio de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório

e descritivo, que possibilitou a análise dos seis artigos recuperados. A quantidade de artigos recuperados evidencia a necessidade de ampliar e aprofundar investigações nessa temática, de modo a expandir as análises e explorar novos caminhos para a representação desse conhecimento.

A análise evidencia que a OC vem ampliando sua atenção às implicações sociais, políticas e epistêmicas envolvidas na construção de SOC em instituições informacionais. Os estudos analisados demonstram que os SOC, exercem papel central na mediação do acesso à informação, influenciando a visibilidade, a representação e a legitimação de saberes, sujeitos e experiências, com impactos diretos sobre a forma como as mulheres são representadas nos sistemas informacionais, reforçando a necessidade de rever estruturas terminológicas e classificatórias que historicamente contribuíram para a marginalização, o apagamento ou a estereotipação das mulheres.

As contribuições analisadas indicam que o aprimoramento dos SOC demanda a incorporação de epistemologias feministas, abordagens interseccionais, perspectivas decoloniais e modelos classificatórios mais flexíveis, capazes de contemplar identidades diversas e contextos socioculturais plurais. Destaca-se, ainda, a relevância de processos sistemáticos de revisão e atualização terminológica nos sistemas informacionais e instrumentos empregados por bibliotecas, arquivos e centros de documentação, a fim de assegurar maior alinhamento às transformações sociais, à produção acadêmica contemporânea e às demandas por equidade representacional de mulheres e outros grupos historicamente sub-representados.

Além disso, os estudos evidenciam o potencial de soluções aplicadas, como ontologias computacionais e práticas descritivas colaborativas, para qualificar a padronização de registros, subsidiar políticas públicas e fortalecer a atuação ética dos profissionais da informação, especialmente em domínios sensíveis como violência contra a mulher, direitos das mulheres e produção intelectual feminina. Nesse sentido, a OC consolida-se como um campo estratégico para o desenvolvimento de SOC capazes de articular fundamentação teórica, crítica sociopolítica e operacionalização técnica no âmbito dos sistemas

informacionais, promovendo maior visibilidade, reconhecimento e justiça informacional na representação das mulheres.

Como desdobramento, recomenda-se o aprofundamento de pesquisas empíricas sobre o desenvolvimento, uso e atualização de SOC, bem como o fortalecimento do diálogo entre pesquisadores, profissionais da informação, comunidades representadas e gestores de sistemas, visando à construção de instrumentos mais inclusivos, plurais e comprometidos com a justiça informacional e com a representação equitativa das mulheres na OC.

Agradecimentos

Agradecemos imensamente ao editor e aos pareceristas pela avaliação e pelas valiosas contribuições, que melhoraram significativamente o trabalho.

Referências

- ALVORCEM, Rochelle Martins; LIMA, Gercina Ângela de; FREITAS, Maria Cristina Vieira de. Knowledge organization systems classifying crimes of violence against women, homicide of women and feminicide: a proposal. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 51, n. 8, p. 667-685, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2024-8-667>. Acesso em: 9 mar. 2026.
- ANDERSEN, Jack. Communication technologies and the concept of knowledge organization - a medium-theory perspective. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 29, n. 1, p. 29-39, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2002-1-29>. Acesso em: 9 mar. 2026.
- BARITÉ, Mario; PARENTELLI, Varenka; RAUCH, Mirtha. Knowledge organization systems in reference works specialized in knowledge organization: a study of punctual terminology. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 51, n. 5, p. 355-361, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2024-5-355>. Acesso em: 9 mar. 2026.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BELAM, Denise Cristina; *et al.* Ditos e não-ditos na natureza do crime: o silêncio na indexação de boletins de ocorrência nos crimes de feminicídio. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 1-22, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2022.e88288>. Acesso em: 9 mar. 2026.

BLISS, Henry Evelyn. **The Organization of Knowledge and the system of the Sciences**. New York: Henry Holt and Company, 1929.

BOWKER, Geoffrey; STAR, Susan Leigh. **Sorting things out: classification and its consequences**. Cambridge: MIT Press, 2000.

BRUSCHINI, Cristina; ARDAILLON, Danielle; UNBEHAUM, Sandra. **Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

BULL, Ia Kholan; MARSH, Diana; WAGNER, Travis. Identities classified: indigenous knowledge management systems and gender in the “age of information”. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 51, n. 4, p. 262-276, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2024-4-262>. Acesso em: 9 mar. 2026.

CARLAN, Eliana; MEDEIROS, Marisa Bräscher Basílio. Sistemas de organização do conhecimento na visão da ciência da informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 53-73, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rici.v4.n2.2011.1675>. Acesso em: 9 mar. 2026.

CARLAN, Eliana. Tesouros, taxonomias, ontologias e sistemas de classificação: por uma convergência multidisciplinar. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 14, n. 3, p. 422-440, 2019.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 43, p. 1241-1299, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1229039>. Acesso em: 9 mar. 2026.

CUNHA, Isabel Maria Ribeiro Ferin. Documentação africanista: linguagem e ideologia. **Ciência da informação**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 37-40, 1987a.

CUNHA, Isabel Maria Ribeiro Ferin. **Do mito à análise documentária: a luso-assimilação**. 1987. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987b.

CUTTER, Charles Ammi. **Rules for a printed dictionary catalogue**. Washington: Government Printing Office, 1882.

- DAHLBERG, Ingetraut. A referent-oriented, analytical concept theory for knowledge organization. *In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON CLASSIFICATION RESEARCH*, 2., 1978, Elsinore. **Anais [...]**. The Hague: FID, 1978. p. 142-151.
- DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge organization, its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 20, n. 4, p. 211-222, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-1993-4-211>. Acesso em: 9 mar. 2026.
- DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge organization: a new science? **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 33, n. 1, p. 11-19, 2006. Disponível em: Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2006-1-11>. Acesso em: 11 mar. 2026.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEWEY, Melvil. **A classification and subject index for cataloguing and arranging the books and pamphlets of a library**. Amherst: Dewey, 1876.
- FOX, Melodie J. Prototype theory: an alternative concept theory for categorizing sex and gender? **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 38, n. 4, p. 328-334, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.7152/nasko.v3i1.12799>. Acesso em: 9 mar. 2026.
- FRICKER, Miranda. **Epistemic injustice: power and the ethics of knowing**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- HJØRLAND, Birger. What is knowledge organization (KO)? **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2008-2-3-86>. Acesso em: 11 mar. 2026.
- HODGE, Gail. **Systems of Knowledge Organization for digital libraries: beyond traditional authority files**. Washington: Council on Library and Information Resources, 2000.
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- KAISER, Julius. **Systematic indexing**. London: Pitman, 1911.

LARA, Marilda Lopes Ginez; CIOFFI, Silvia. Retomando um velho tema: o mito da neutralidade na análise documentária. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 3, n. 1/2, p. 92-95, 1989.

LARA, Marilda Lopes Ginez. O unicórnio (o rinoceronte, o ornitorrinco...), a análise documentária e a linguagem documentária. **DataGramaZero**, Brasília, v. 2, n. 6, dez. 2001.

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; FOX, Melodie J. Intersectionality in knowledge organization revisited. **Informatio**, Montevideu, v. 30, n. 1, p. 201-220, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.35643/Info.30.1.6>. Acesso em: 11 mar. 2026.

MARTINES, Alexandre Robson; LIMA, Graziela dos Santos; ALMEIDA, Carlos Cândido. A linguagem e a linguagem documentária no processo de representação do conhecimento de grupos marginalizados: reflexões teóricas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 512-549, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2021v26n1p512>. Acesso em: 9 mar. 2026.

MCTAVISH, Jill; NEAL, Diane; WATHEN, Nadine. Is what you see what you get? Medical Subject Headings and their organizing work in the violence against women research literature. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 38, n. 5, p. 381-397, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2011-5-381>. Acesso em: 9 mar. 2026.

MILANI, Suellen Oliveira. **Estudos éticos em representação do conhecimento**: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

MILANI, Suellen Oliveira. **Bias na representação de assunto**: uma discussão de oposições binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD). 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2014.

MORAES, Miriam Gontijo. Linguagens documentárias e a construção do pensamento crítico: reflexões sobre o tesouro para estudos de gênero e sobre a mulher. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 1-14, 2014.

MOURA, Maria Aparecida. Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 118-135, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v14i2.4472>. Acesso em: 9 mar. 2026.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030** para o desenvolvimento sustentável. Brasília: Nações Unidas Brasil, 2015.

OLSON, Hope Alene. Patriarchal structures of subject access and subversive techniques for change. **Canadian Journal for Information and Library Science**, Toronto, v. 26, n. 2/3, p. 1-29, 2001.

OLSON, Hope Alene. **The power to name**: locating the limits of subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.

OTLET, Paul. **Traité de documentation: le livre sur le livre, théorie et pratique**. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

PEIRCE, Charles Sanders. **Collected papers of Charles Sanders Peirce**. Cambridge: Harvard University Press, 1931-1958. v. 1-5.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **Colon classification**. Madras: Madras Library Association, 1933.

RICHARDSON, Ernest Cushing. **Classification**: theoretical and practical. New York: Charles Scribner's Sons, 1901.

RIZZI, Iuri. A Classificação Decimal de Dewey e a cultura de paz. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2007.

ROMEIRO, Nathália Lima. **Vamos fazer um escândalo**: a trajetória da desnaturalização da violência contra a mulher e a folksonomia como ativismo em oposição a violência sexual no Brasil. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

ROMEIRO, Nathália Lima. **Conceituação e hierarquização das questões de gênero em tesauros**: um estudo ancorado na organização social e crítica do conhecimento em diálogo com a interseccionalidade e decolonialidade. 2024. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

SALES, Rodrigo. Diferentes perspectivas nos contextos do GT2 da Ancib e da Isko-Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-

GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais** [...]. Marília: UNESP, 2017.

SALES, Rodrigo; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A importância de Julius Kaiser para a organização do conhecimento: um estudo comparativo com as perspectivas de Cutter, Otlet e Ranganathan. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 1, p. 43-65, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v7i1p43-65>. Acesso em: 9 mar. 2026.

SAMUELSSON, Jenny. Knowledge organization for feminism and feminist research: a discourse oriented study of systematic outlines, logical structure, semantics and the process of indexing. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 37, n. 1, p. 3-28, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2010-1-3>. Acesso em: 9 mar. 2026.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A gramática do tempo**: por uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 78, p. 3-46, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.753>. Acesso em: 10 mar. 2026.

SILVA, Amanda Mendes. **A função social da representação**: uma análise da representação documentária sobre mulheres e feminismos na organização do conhecimento. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2023.

SILVA, Claudio Roberto; LARA, Marilda Lopes Ginez. Os termos relativos ao segmento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros) no contexto das linguagens documentárias. **Informação & Informação**, Londrina, v. 9, n. 1/2, p. 33-47, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2004v9n1-2p33>. Acesso em: 9 mar. 2026.

SIMÕES, Maria da Graça; BRAVO, Blanca Rodríguez; PESTANA, Olívia. Representação do conceito de mulher na Classificação Decimal Dewey (CDD) e na Classificação Decimal Universal (CDU): duas perspectivas sobre o mesmo conceito? **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 152-169, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v14i2.4340>. Acesso em: 9 mar. 2026.

SOERGEL, Dagobert. **Organizing information**: principles of data base and thesaurus design for information retrieval. Orlando: Academic Press, 1985.

SOUSA, Brisa Pozzi; TOLENTINO, Vinicius Souza. Aspectos machistas na organização do conhecimento: a representação da mulher em instrumentos documentários. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 166-207, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2017v22n2p166>. Acesso em: 9 mar. 2026.

SOUZA, Rosali Fernandez. Organização do Conhecimento. *In*: TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão. **Para entender a Ciência da Informação**. Salvador: Ed. UFBA, 2007.

TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; LARA, Marilda Lopes Ginez de. O campo da linguística documentária. **TransInformação**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 203-211, 2006.

TRIVELATO, Rosana Matos Silva. **A luta das mulheres tem muitos nomes**: os sistemas de organização do conhecimento frente a uma emergência conceitual. 2022. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VIOLA, Carla Maria Martellote. **Informações legislativas e os direitos em construção das mulheres brasileiras**: proposta de categorização rumo à Agenda 2030. 2023. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

VISVANATHAN, Shiv. **A Carnival for science**: essays on science, technology and development. Delhi: Oxford University Press, 1997.

VITAL, Luciane Paula; PINHO, Fabio Assis. Analysis of two thesauri specializing in women's and gender studies. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 51, n. 6, p. 425-435, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2024-6-425>. Acesso em: 9 mar. 2026.

VITAL, Luciane Paula; PINHO, Fabio Assis; SLOMP, Mariana Holub. Organização do conhecimento e estudos de gênero na ciência da informação brasileira. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 1-

21, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.21728/logcion.2025v11n2e-7354>.
Acesso em: 9 mar. 2026.

XAVIER, Ana Laura Silva; SABBAG, Deise Maria Antonio. A representação das questões de gênero em instrumentos terminológicos: tesauro da UNESCO e tesauro de gênero. *In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 8., 2019, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2019. p. 740-755.

XAVIER, Mariana. **Sistemas de organização do conhecimento sobre mulheres**: parâmetros para sua construção e avaliação a partir da realidade do movimento de mulheres. 2023. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Women and knowledge organization: analysis in the journal Knowledge Organization

Abstract: This study aims to present an overview of research published in the journal Knowledge Organization that addresses the relationship between women and Knowledge Organization. Bibliographic, exploratory, and descriptive in nature, the study identified and analyzed six articles that offer theoretical, critical, and applied contributions grounded in feminist, intersectional, and decolonial perspectives, with a focus on the development of Knowledge Organization Systems that are more sensitive to epistemic, social, and identity-based diversities. The analyzed works emphasize contextual and epistemological approaches that recognize feminism as a complex theoretical discourse, which calls for the revision of terms, semantic relationships, indexing policies, and continuous terminological updating. They recommend the adoption of gradual and prototypical categories to increase classificatory flexibility, as well as the use of relational ontologies grounded in Indigenous knowledge. The development of OntoVDFcM is also highlighted as a practical initiative in Knowledge Organization, designed to support the National Risk Assessment Form and the Police Incident Report. The study demonstrates the diversity of approaches to women and Knowledge Organization in the journal, contributing to the mapping of research trends and to the strengthening of debates on representation and informational justice in Knowledge Organization Systems.

Keywords: knowledge organization; women; knowledge organization systems

Declaração de autoria

Concepção e elaboração do estudo: Fernanda de Lima Moraes e Luciane Paula Vital

Coleta de dados: Fernanda de Lima Moraes

Análise e interpretação de dados: Fernanda de Lima Moraes e Luciane Paula Vital

Redação: Fernanda de Lima Moraes e Luciane Paula Vital

Revisão crítica do manuscrito: Fernanda de Lima Moraes e Luciane Paula Vital

Declaração de disponibilidade de dados

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo está disponível em MORAES, F. L. Artigos sobre organização do conhecimento e mulheres da revista Knowledge Organization: conjunto de dados de 1974 a 2025. Zenodo, 2025. Dados de pesquisa. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.16891473>.

Autoria para correspondência

Fernanda de Lima Moraes
fer.lima1995@gmail.com

Editor-chefe

Thiago Henrique Bragato Barros

Como citar

MORAES, Fernanda de Lima; VITAL, Luciane Paula. Organização do conhecimento e mulheres na revista Knowledge Organization. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 32, e-149594, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.32.149594>

Parecer(es) aberto(s):

<https://doi.org/10.1590/1808-5245.32.149594A>

<https://doi.org/10.1590/1808-5245.32.149594B>

Recebido: 17/08/2025

Aceito: 22/02/2026

Copyright (c) 2026 Fernanda de Lima Moraes, Luciane Paula Vital. Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY 4.0), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria. Os artigos são de acesso aberto e uso gratuito.



¹ Artigo submetido como parte da pesquisa de mestrado em andamento intitulada *Violência contra a mulher: um levantamento terminológico*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN UFSC), sob orientação da Prof.^a Dr.^a Luciane Paula Vital.